

# Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 21

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Só a premiação paga em dinheiro é tributada" ..... 3

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência terá concurso com 175 vagas ..... 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Hora de eliminar benefícios fraudulentos (Artigo) ..... 6

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo prevê cancelar 670 mil benefícios do BPC em 2025 ..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Fundações pedem mudança em regra de fundos de participação ..... 8

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS vai abrir vagas para reforçar perícia ..... 9

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo planeja cancelar 670,4 mil benefícios do BPC ..... 10

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - CIDADES  
SEGURIDADE SOCIAL

Precariedade no atendimento do INSS é tema de audiência ..... 12

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo projeta cancelar mais de 55 mil beneficiários do BPC por mês ..... 13

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Aprovada isenção de FGTS e INSS para empresa que contratar aposentados ..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA  
SERVIDOR PÚBLICO

Quais os requisitos para propor uma ação coletiva na defesa dos interesses de servidores públicos? - CONSULTÓRIO JURÍDICO ..... 16

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS  
SERVIDOR PÚBLICO

Progressão: Justiça aponta entendimento - SERVIDOR ..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regulamentação da reforma tributaria retoma debates no senado e na câmara - COMÉRCIO EM PAUTA ..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Marcado julgamento da desoneração .....	20
O GLOBO - RJ - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Medidas para mitigar riscos de vício em bets representam avanço (Editorial).....	21
ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Novo capítulo para desonerar os salários - GPS DA ECONOMIA.....	22
ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS SAQUE ANIVERSÁRIO	
Caixa distribuirá lucro do FGTS ainda neste mês .....	24
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA ECONOMIA	
Caixa distribuirá neste mês R\$ 15,2 bi de lucro do FGTS .....	25
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS ECONOMIA	
FGTS vai distribuir R\$ 15,2 bilhões de lucro .....	26
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Verba extra de 2025 será consumida por despesa obrigatória, diz estudo .....	27
A GAZETA - MT - ECONOMIA ECONOMIA	
PIB crescerá 1,4% em 2024 .....	29
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Governo prevê cortar 11 a cada 100 benefícios .....	30
DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA ECONOMIA	
Poupança: saída líquida de R\$ 908,6 mi em julho .....	32
O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA ECONOMIA	
Saldo negativo: saques da poupança superam depósitos em R\$ 908,6 mi .....	33

# "Só a premiação paga em dinheiro é tributada"

**GABRIEL RONAN**

ENTREVISTA ELISA GARCIA TEBALDI - ESPECIALISTA EM DIREITO TRIBUTÁRIO

Virou polêmica na internet a tributação da premiação de atletas que conquistaram medalhas para o Brasil nos Jogos Olímpicos de Paris 2024. Para tirar dúvidas sobre o assunto, o EM conversou com a advogada Elisa Garcia Tebaldi, especialista em Direito Tributário e em Planejamento Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET/SP).

Uma das ressalvas feitas pela especialista é que o Brasil tem um acordo econômico com a França para evitar dupla tributação, caso os atletas resgatem a premiação ainda em solo parisiense. Ela também reforça na entrevista que a cobrança de **impostos** não é uma iniciativa do atual governo federal. Na realidade, ela sempre existiu e cabe à **Receita Federal**. Confira a entrevista.

ESTE ASSUNTO SOBRE A TRIBUTAÇÃO DOS PRÊMIOS FICOU QUENTE NAS REDES SOCIAIS NOS ÚLTIMOS DIAS, COMO SE FOSSE UMA NOVIDADE. MAS ELA SEMPRE EXISTIU, NÃO É MESMO? HÁ ALGUMA MUDANÇA NESTA EDIÇÃO DOS JOGOS OLÍMPICOS?

De fato, não é novidade. Inclusive, a **Receita Federal** já se pronunciou uma série de vezes sobre isso. As premiações vinculadas à avaliação de participantes de concursos desportivos, como as das Olimpíadas, assumem a natureza de remuneração do trabalho. Justamente por essa caracterização, elas devem ser tributadas de acordo com a tabela progressiva do Imposto de Renda, havendo ou não vínculo empregatício.

COMO FUNCIONA NO CASO DOS ATLETAS QUE TÊM UMA PESSOA JURÍDICA EM SEU NOME?

Nesse tipo de concurso, é avaliado o desempenho, a performance dos atletas. A gente sabe que a abertura de pessoas jurídicas é comum no meio para recebimento de valores, patrocínios e publicidade. Mas as premiações em si cabem à pessoa física por conta dessa especificidade de avaliação de performance.

E NO CASO DAS MODALIDADES COLETIVAS?

Nesse caso, é feita uma divisão. Cada atleta recebe o seu percentual, e essas remunerações passam pela mesma tributação dos atletas que conquistam premiações individuais.

COMO ESSE PAGAMENTO É FEITO? NA FRANÇA OU NO BRASIL?

Se for feito na França, vai ter uma retenção na fonte. A eventual diferença será paga pelo atleta pelo carnê-leão. Só que se for pago lá, também incide o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) pelo fechamento do câmbio. Mas precisamos lembrar que o Brasil possui um acordo com a França para evitar a bitributação.

COMO FUNCIONA ESSE ACORDO?

Há uma compensação do valor que foi pago lá fora, em relação ao que é devido no Brasil. Caso haja uma retenção lá, a gente pode se beneficiar desse acordo que já existe há algumas décadas. Por outro lado, se essa tributação for paga pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB) já aqui, vai ser feita a retenção normal na fonte pagadora, de acordo com a alíquota progressiva do Imposto de Renda, então cairia essa questão do acordo.

A MEDALHA EM SI É TRIBUTADA TAMBÉM?

Não. Nesse caso, só é tributada a premiação paga em dinheiro. A **Receita Federal** fez um pronunciamento nesta semana para lembrar que medalhas e troféus são beneficiados pela isenção de **impostos**, que usualmente incidem sobre mercadorias, como as joias importadas, por exemplo. Os atletas podem ficar despreocupados quanto a essa questão.

QUAL A SUA VISÃO SOBRE O PROJETO DE LEI 3.047/2024, DO SENADOR NELSON TRAD (PSD/MT), QUE QUER ISENTAR OS ATLETAS DESSES **TRIBUTOS**?

Temos um clamor público para que isso aconteça, porque a vida do atleta no Brasil já é bastante difícil. Temos uma tributação grande já na fonte. É um texto importante, mas precisamos aguardar o movimento do Congresso.

\*

## RECEITA ESCLARECE

Após a discussão sobre a taxação dos prêmios dos atletas olímpicos dominar a internet, a **Receita Federal** esclareceu ontem, em uma postagem na rede social X, que as medalhas olímpicas não são taxadas. O texto publicado pelo órgão afirma que os medalhistas estão isentos de declarar as medalhas no Imposto de Renda. Os valores dos prêmios, pagos em dinheiro, no entanto, devem ser declarados anualmente, como rendimento de qualquer cidadão brasileiro.

**Site:** <https://digital.em.com.br>

# Previdência terá concurso com 175 vagas

O Ministério da **Previdência Social** irá realizar concurso público para contratar 175 peritos médicos. A autorização de abertura de vagas foi publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI).

A Previdência será responsável pela seleção e tem prazo de seis meses para a publicação do edital. Antes, porém, é preciso escolher uma banca organizadora e determinar a regras do concurso.

No ano passado, o ministro da Previdência, Carlos Lupi, chegou a anunciar a intenção de abrir 1.500 vagas para perito médico em 2024, para suprir a demanda por profissionais em regiões mais afastadas do país.

A ideia de Lupi era fazer com que os médicos contratados fiquem alocados no município escolhido na seleção, sem possibilidade de pedir transferência por, no mínimo, dez anos, mas isso pode esbarrar em questões jurídicas.

Segundo o documento desta quarta, depois de escolher a banca organizadora e publicar o edital, há prazo de até dois meses para a realização das provas.

Por isso, os interessados já podem começar os estudos.

O MGI afirma que "o provimento dos cargos está condicionado à homologação do resultado final do concurso e à adequação orçamentária e financeira", o que significa dizer que os aprovados serão contratados se houver orçamento para tal.

Caso contrário, espera-se a oportunidade de contratação durante o período de validade do concurso, que costuma ser de um ano, prorrogável por mais um.

Se a Previdência não publicar edital no prazo ou não houver orçamento, a autorização para o concurso é cancelada.

O déficit de médicos peritos na Previdência é um dos fatores que dificulta a realização de perícias presenciais e aumenta a fila do **INSS**. Hoje, há cerca de 3.600 profissionais, mas nem todos seguem na ativa. Em geral, por mês, 3.000 peritos atendem.

O cargo de perito médico federal exige nível superior e

formação específica. O salário oferecido varia de R\$ 7.938,50, para 20 horas semanais, a R\$ 15.875,99, para 40 horas (Da Folhapress).

**Site:**

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=17953>

# Hora de eliminar benefícios fraudulentos (Artigo)

**Raul Velloso Consultor econômico**

Dado o caos nas contas federais, cabe analisar urgente e profundamente os problemas da gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) - que socorre idosos e deficientes físicos -, em que há uma injustificável incidência de fraudes e que se espera, a exemplo de outros casos dramáticos como o do auxílio-doença (AD), um combate decisivo ao problema. Tanto quanto o AD, o BPC é executado pelo **INSS**, mas como seu Orçamento se insere no do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, espera-se uma importante ação por parte deste.

Peçam-me uma exposição gráfica disso (raulveloso45@ gmail.com), em que se verá que a média móvel do número de requerimentos para a pessoa idosa (onde cresceu menos o BPC), saltou de algo em torno de 20 mil em 2020 para um tanto acima de 40 mil mensais em 2024, mais do que dobrando, o que é chocante e difícil de explicar.

Note-se que as decisões oficiais seguiram o mesmo padrão dos pedidos. Isso se deve ao fato de não haver fila, e, depois, por se tratar de um benefício tão fácil de ser concedido como de ser fraudado.

Esse efeito de um acompanhar o outro, que começou em 2021, foi se intensificando até 2023. Estudos realizados por volta de 2021 no **INSS**, com base em softwares sofisticados, já haviam identificado entre 100 e 200 mil requerimentos com fortes indícios de serem de pessoas fictícias ou fraude cibernética.

Na época cogitou-se fazer uma cessação, mas esta acabou não sendo feita por não haver previsão na legislação do BPC para fazer a suspensão cautelar.

Ter-se-ia de fazer todo o processo burocrático de cessação de um benefício do **INSS**, em que há uma fila enorme, e entrar na vala comum, o que iria levar um tempão a exemplo do que até hoje se vê no sistema de processos manuais do **INSS**, no qual a velocidade das análises é muito lenta e os valores continuam subindo e estabilizando em um patamar altíssimo.

E quando se vão examinar os casos das pessoas com deficiência, a situação, ainda mais grave, chama mais

a atenção. Neste caso, os valores das médias móveis dos requerimentos também começaram a crescer em 2021, mas já oscilando ao redor de 40 mil, e em seguida se moveram para cima e sistematicamente na direção de 120 mil, isto é, triplicaram. E as "decisões" também aumentaram na mesma proporção dos "requerimentos", o que causa estranheza, pois o BPC da pessoa com deficiência, entre todos, é o mais complexo para ser concedido.

Hoje, a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev) está apostando todas as fichas na biometria, que, de fato, ajuda. Foram editadas duas portarias na semana passada que são boas promessas, mas não resolvem todo o problema. Estão jogando as fichas em duas coisas: biometria e atualização do cadastro do CadÚnico, que está há mais de dois anos sem ser atualizado.

Voltarei em breve. |

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Governo prevê cancelar 670 mil benefícios do BPC em 2025

**GERALDA DOCA geraldadt@bsb.oglobo.com.br**  
**BRASÍLIA**

Com a realização do pente-fino no Benefício de Prestação Continuada (BPC), o governo federal estima que vai cancelar 55,8 mil pagamentos indevidos por mês. Isso levaria a uma redução de 670.413 benefícios no fechamento do ano que vem.

O BPC é um benefício de um salário mínimo pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. O programa entrou na mira da equipe econômica por conta do aumento de gastos e de concessão de benefícios.

Por conta da alta, o governo decidiu fazer uma revisão geral de despesas, inclusive com recadastramento. Segundo nota técnica do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), a medida resultará em economia de R\$ 6,6 bilhões em 2025.

Mesmo com a revisão, a política de reajuste do salário mínimo e o processo natural de inclusão de idosos no BPC fará a despesa continuar subindo, ainda que em ritmo menor. Segundo o documento, o gasto passará de R\$ 106,6 bilhões em 2024 para R\$ 112,8 bilhões em 2025 e R\$ 140,7 em 2028.

Com a revisão, o estoque de benefícios chegaria a 5,9 milhões no próximo ano, contra 6,3 milhões neste ano -porque há inclusão de novos beneficiários com direito.

Os cálculos do MDS foram encaminhados ao Ministério do Planejamento e Orçamento, que está elaborando o Orçamento de 2025. A revisão de gastos é uma das principais apostas da equipe econômica para reduzir as despesas e ajudar a equilibrar as contas públicas.

O documento do ministério destaca, contudo, que o alcance da medida dependerá do desempenho das áreas envolvidas, como o **INSS**, da capacidade de atendimento e análise e da realização de perícias médicas, a cargo da Previdência.

O pente-fino do BPC vai começar pelos beneficiários que estão fora do Cadastro Único (CadÚnico) do MDS e que recebem o auxílio há mais de dois anos.

Em outra frente, o governo prevê uma economia de R\$ 5 bilhões nos próximos três anos com a revisão do seguro-defeso, pago a pescadores artesanais. O pente-fino no auxílio faz parte da estratégia da equipe econômica do governo de cortar despesas com benefícios e ajudar no cumprimento das metas fiscais. Para 2025, a economia prevista é de R\$ 1,1 bilhão.

Segundo nota técnica do Ministério do Trabalho, à qual O GLOBO teve acesso, entre 2001 e 2023 a despesa com seguro-defeso atingiu R\$ 57,6 bilhões, considerando a **inflação** no período. O universo de beneficiários saltou de 76.127 para 1,157 milhão em 22 anos.

O pagamento do seguro é uma forma de prover renda aos pescadores artesanais quando ficam proibidos de exercer a atividade durante o defeso -a proibição temporária da pesca em determinada época do ano para garantir a reprodução dos peixes. O valor pago a cada pescador habilitado a receber o seguro é de um salário mínimo (R\$ 1.412).

De acordo com a nota técnica, a exigência de critérios mais rígidos para habilitação dos pescadores artesanais pode resultar na redução de 20% do universo de pessoas que recebem o auxílio, com impactos na diminuição das despesas projetadas.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Fundações pedem mudança em regra de fundos de participação

**Victoria Netto Do Rio**

A perspectiva de rendimentos mais baixos atrelados a títulos públicos, em meio à expectativa de que a taxa de juros caia, vem esquentando a demanda de fundações previdenciárias por uma mudança regulatória envolvendo fundos de investimento em participação (FIPs). Na avaliação das organizações, é necessário que haja a correta atribuição de responsabilidade para os administradores dos FIPs e não para os cotistas, como gestores de fundos de pensão.

Os fundos de pensão do Banco do Brasil (Previ) e da Vale (Valia), por exemplo, são impedidos pelas respectivas diretorias de investir nesse tipo de produto. Já a Petros (Petrobras) e Funcef (Caixa) não sentem segurança jurídica. Ainda assim, estas duas têm avaliado oportunidades no segmento.

"A Petros começou a estudar aplicação em até quatro FIPs, mas há riscos. Vemos FIPs rendendo muito, há dinheiro na mesa, mas não temos segurança jurídica", disse o presidente da Petros, Henrique Jäger. Ele acrescentou que a regulação vigente não aponta responsabilização, o que gera "subjetividade".

O presidente da Previ, João Fukunaga, avalia que é necessário aperfeiçoar a regulação e a transparência. Segundo ele, a principal lacuna é a penalização dos gestores e a falta de segurança dos investimentos. "Queremos responsabilização daqueles que administram o fundo e não a criminalização do gestor do fundo de pensão".

Entre as outras reivindicações das organizações, está a revisão da precificação para planos de contribuição definida (CDs) e contribuição variável (CV). Os representantes defendem que o preço seja definido na curva, e não a mercado, como é hoje.

"O que estamos brigando é para que a marcação na curva também valha para os planos CDs e CVs, porque aí você tem uma previsão. Quando você marca a mercado, a volatilidade é muito grande", diz Jäger.

As fundações também têm pedido a revisão da regra para equacionamentos, disposta na resolução 30 do Conselho Nacional de **Previdência Complementar** (CNPc). O texto estabelece que, a depender do

percentual de déficit, o aposentado precisa fazer uma contribuição extraordinária para equilibrar as contas. O problema é que atualmente o equacionamento é feito em base anual, o que distorce as projeções, considerando que os investimentos das fundações são feitos a longo prazo e que, em uma linha mais longa, essas oscilações costumam se equilibrar.

Tanto a Petros quanto a Funcef precisaram fazer planos de equacionamento para recompor o déficit. O presidente da fundo de pensionistas da Petrobras disse que a estratégia envolve apresentar os "melhores resultados", atingir as metas atuariais, associada à estratégia de imunização dos investimentos. Além disso, disse que a fundação já avança internamente com uma nova solução, discutida por um grupo de trabalho, e que por enquanto é sigilosa.

No caso da Funcef, o presidente da fundação, Ricardo Pontes, contou que há três planos de equacionamento em curso e que recentemente o um grupo técnico se reuniu com o patrocinador para apresentar propostas. O objetivo é reduzir em 46% o valor pago hoje em equacionamento.

"São medidas que visam a reduzir o custo do plano. Estamos propondo baixar a pensão para as regras do limite geral, que é 60%, hoje Funcef paga 80%", disse Pontes. Outra medida é reduzir a idade de dependentes do plano de 24 para 21 anos, como prevê a regra geral, e os períodos de idade para o cônjuge tenha direito à pensão vitalícia ou parcial.

Outro ponto das fundações é a liberação de investimentos em imóveis. Hoje, a revisão da Resolução 4994, de 2022, do Conselho Monetário Nacional (CMN), estabelece que, em até doze anos, a partir de 2018, as entidades de previdência privada complementar devem alienar o estoque de imóveis e terrenos pertencentes à sua carteira própria ou constituir um fundo de investimentos imobiliários (FI) para abrigá-los.

"Vemos FIPs rendendo muito, há dinheiro na mesa, mas não temos segurança jurídica" Henrique Jäger

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187951>

# INSS vai abrir vagas para reforçar perícia

SÃO PAULO

O Ministério da **Previdência Social** irá realizar concurso público para contratar 175 peritos médicos. A autorização foi publicada ontem no Diário Oficial da União pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Com a estabilidade pelo regime estatutário de contratação, o cargo proporciona ganhos de R\$ 16.875,99. O valor considera o salário inicial da jornada de 40 horas, com o reajuste do governo mais o auxílio-alimentação de R\$ 1 mil e a Gratificação de Desempenho de Atividade de Perícia Médica Previdenciária, no valor de 100 pontos.

Com a autorização, o MPS tem até seis meses para publicar o edital, ou seja, até fevereiro de 2025 a autarquia divulgará as regras da seleção.

A autorização também prevê a aplicação das provas dois meses após a divulgação do edital, ou seja, até o mês de abril de 2025.

Com o aval, a pasta poderá se concentrar na formação da comissão organizadora, para realizar a escolha da banca, que ficará responsável pela publicação do edital e avaliação dos candidatos.

A Previdência será responsável pela seleção e tem prazo de seis meses para a publicação do edital. Antes, porém, é preciso escolher uma banca organizadora e determinar as regras do concurso.

No ano passado, o ministro da Previdência, Carlos Lupi, chegou a anunciar a intenção de abrir 1.500 vagas para perito médico em 2024, para suprir a demanda por profissionais em regiões mais afastadas do País.

A ideia de Lupi era fazer com que os médicos contratados fiquem alocados no município escolhido na seleção, sem possibilidade de pedir transferência por, no mínimo, dez anos, mas isso pode esbarrar em questões jurídicas.

Segundo o documento desta quarta, depois de escolher a banca organizadora e publicar o edital, há prazo de até dois meses para que as provas possam ser realizadas.

O MGI afirma que "o provimento dos cargos está condicionado à homologação do resultado final do

concurso e à adequação orçamentária e financeira", o que significa dizer que os aprovados serão contratados se houver orçamento para tal.

LUPI queria vetar transferência de contratados por 10 anos: judicialização

# Governo planeja cancelar 670,4 mil benefícios do BPC

São Paulo - O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prevê o cancelamento de 670,4 mil benefícios do Benefício de Prestação Continuada (BPC) em 2025, o que renderia uma economia de R\$ 6,6 bilhões em despesas, segundo documento obtido pela Folha de S.Paulo.

A projeção considera uma taxa de cessação de 11,25%. Em outras palavras, a cada grupo de 100 beneficiários da política, 11 deles terão os repasses encerrados, segundo projeção do Executivo.

Ainda assim, a despesa com o benefício tende a ficar em R\$ 112,8 bilhões no ano que vem, chegando a R\$ 140,8 bilhões em 2028, puxada pela valorização do salário mínimo e pelo aumento no número de beneficiários ao longo dos anos, apesar do esforço de revisão.

Sem o pente-fino, o quadro seria ainda mais dramático: as despesas com a política chegariam a R\$ 119,4 bilhões em 2025 e alcançariam R\$ 155,1 bilhões em 2028.

Os cálculos foram elaborados pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e vão subsidiar a elaboração da proposta de Orçamento de 2025.

Os números constam em nota técnica enviada ao Ministério do Planejamento e Orçamento junto com a revisão das despesas deste ano, feita para o relatório de avaliação do terceiro bimestre. O documento foi obtido pela reportagem após pedido com base na Lei de Acesso à Informação.

O pente-fino no BPC é uma das principais apostas da equipe econômica para alcançar o corte de R\$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias prometido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e avalizado por Lula para fechar as contas de 2025.

A medida integra a agenda de revisão de gastos encampada também pela ministra do Planejamento, Simone Tebet. Ela prometeu detalhar as novas ações, bem como os resultados que teriam sido alcançados já neste ano -o governo conta com uma economia de R\$ 9 bilhões na **Previdência Social** e no seguro rural do Proagro para não extrapolar o limite de despesas. Até agora, porém, não houve qualquer anúncio oficial.

No fim de julho, o governo editou duas portarias com diretrizes para a revisão do BPC. As normas preveem que o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) terá de fazer um pente-fino mensal para verificar o cumprimento dos critérios de renda para acessar a política, voltada a famílias com renda de até um quarto do salário mínimo por pessoa (equivalente a R\$ 353).

Além disso, os beneficiários do BPC que não estiverem inscritos no Cadastro Único de programas sociais ou que estiverem com seu registro desatualizado há mais de 48 meses terão de regularizar a situação. O fim de brechas legais exploradas por quem pede o benefício é um dos pilares da revisão da política.

Os parâmetros usados na nota técnica do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social evidenciam, porém, que o governo já espera endurecer ainda mais esses critérios.

Desatualização - Um dos fatores considerados pelo governo na conta é o pente-fino de quem está com o cadastro desatualizado há mais de 24 meses. Segundo o órgão, 1,7 milhão de beneficiários estão nessa situação, dos quais 306,8 mil teriam o benefício encerrado (18% de cessação esperada).

Esse é o componente mais significativo da redução de despesas, com impacto de R\$ 3 bilhões em 2025.

Uma planilha obtida pela Folha mostra ainda que há 431,3 mil beneficiários fora do CadÚnico, dos quais 107,8 mil deixariam de receber o BPC (25% de cancelamentos). Há ainda a revisão dos critérios de renda, que deve alcançar 175 mil beneficiários, com o fim dos repasses para 43,75 mil deles (25%). Juntas, essas medidas poupariam R\$ 1,5 bilhão no ano que vem.

Por fim, o ministério incluiu também uma revisão bienal dos benefícios do BPC, prevista em lei mas nunca executada dentro do prazo. O ministério prevê reavaliar 2 milhões de benefícios, dos quais 212 mil seriam cancelados em definitivo, rendendo uma economia de R\$ 2,1 bilhões. (Ildiana Tomazelli/Folhapress) %

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central->

*do-leitor/digital/*

# Precariedade no atendimento do INSS é tema de audiência

O Ministério Público Federal (MPF) convida moradores dos municípios sergipanos de Pacatuba, Ilha das Flores e Brejo Grande para audiência pública sobre a precariedade do atendimento bancário a beneficiários e pensionistas do **INSS**. O evento será realizado no dia 12 de setembro, das 9h às 11h, no Salão do Júri do Fórum da Comarca de Pacatuba. Representantes da sociedade civil, de órgãos governamentais e de organizações não governamentais também foram convidados para participar do debate.

O MPF quer ouvir, especialmente, a população idosa e/ou deficiente sobre as dificuldades enfrentadas pela ausência de agência do Bradesco, banco responsável pelo serviço de pagamentos do **INSS** na região. Segundo representação recebida no Ministério Público Estadual e encaminhada ao MPF, os moradores relatam que há apenas um ponto para saque dos benefícios na cidade de Pacatuba, com funcionamento limitado pela distribuição de senhas. No entanto, o banco afirma que estão em funcionamento cinco estabelecimentos comerciais que atuam como Bradesco Expresso em Pacatuba, dois na Ilha das Flores e dois em Brejo Grande.

O Banco Bradesco possui responsabilidade contratual com o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) para atendimentos de aposentados e pensionistas dos três municípios. A falta de agência bancária na região dificulta, principalmente, idosos e deficientes que precisam sacar mensalmente a pensão e a aposentadoria. "Eles precisam viajar para cidades próximas todos os meses a fim de sacar os recursos, o que traz insegurança e impacta financeiramente o próprio município, já que os pensionistas acabam por realizar compra no comércio da cidade onde conseguem realizar o saque", explica o procurador da República Igor Miranda.

Audiência pública - A audiência pública será presidida pelo procurador da República Igor Miranda, com apoio do promotor de Justiça Rodrigo Curvelo. Segundo o edital, para fazer uso da palavra, os interessados devem enviar pedido de inscrição para o e-mail [pr-segabinete3otc@mpf.mp.br](mailto:pr-segabinete3otc@mpf.mp.br), indicando o assunto "Audiência Pública Pacatuba", para melhor organização do tempo.

Também será possível fazer a inscrição para uso da palavra no momento da audiência. No entanto, em

razão da necessidade de limitar o número de participantes em virtude do tempo, a preferência será para quem realizou a inscrição prévia, via e-mail.

**Site:**

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=134755>

# Governo projeta cancelar mais de 55 mil beneficiários do BPC por mês

O governo federal planeja cancelar cerca de 55.868 pagamentos indevidos do Benefício de Prestação Continuada (BPC) por mês, como resultado de uma revisão detalhada do programa. Com essa medida, a expectativa é que cerca de 670.413 benefícios sejam eliminados ao longo do próximo ano.

O BPC, que oferece um salário mínimo a idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade econômica, tem sido alvo de atenção especial devido ao aumento nos gastos e na concessão de benefícios. Para lidar com esse crescimento, a administração decidiu realizar uma revisão completa das despesas, incluindo um recadastramento dos beneficiários. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), essa ação deverá gerar uma economia de R\$ 6,6 bilhões em 2025.

O número de novos pedidos de BPC subiu consideravelmente, passando de 682.798 em 2020 para 1,757 milhão em 2023, e já atinge 1,039 milhão neste ano. Os benefícios concedidos também aumentaram, de 266.695 para 805.484 em 2023, com 433.010 concedidos até o momento em 2024.

Apesar da revisão, os custos do programa continuarão a crescer devido ao reajuste do salário mínimo e ao aumento natural na inclusão de novos beneficiários. O gasto projetado para o BPC é de R\$ 106,608 bilhões em 2024, subindo para R\$ 112,810 bilhões em 2025 e alcançando R\$ 140,796 bilhões em 2028. Com a revisão, o número total de benefícios deverá diminuir para 5,9 milhões no próximo ano, em comparação com os 6,3 milhões atuais.

Os cálculos do MDS foram enviados ao Ministério do Planejamento e Orçamento, que está elaborando o orçamento para 2025. A revisão de despesas é uma das estratégias principais do governo para reduzir gastos e melhorar o equilíbrio das contas públicas. No entanto, o sucesso da revisão dependerá da eficácia das áreas envolvidas, como o **INSS**, e da capacidade para realizar análises e perícias médicas pelo Ministério da Previdência. A revisão inicial se concentrará nos beneficiários que estão fora do Cadastro Único (CadÚnico) e que recebem o auxílio há mais de dois anos.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/08-08-2024-edicao->

**24888/#google\_vignette**

# Aprovada isenção de FGTS e INSS para empresa que contratar aposentados

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deu o aval ao Projeto de Lei (PL) 3.670/2023, que institui isenções fiscais para empresas que contratem trabalhadores já aposentados. Além disso, a proposta determina que o Sistema Nacional de Emprego (Sine) crie e mantenha uma lista de aposentados disponíveis para retornar ao mercado de trabalho.

O projeto, oriundo do ex-senador Mauro Carvalho Júnior (MT), recebeu um parecer favorável da senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) e agora segue para apreciação no Plenário. A senadora propôs uma emenda para restringir o número de aposentados que poderiam se beneficiar das isenções. Segundo ela, sem essa limitação, a contratação de aposentados poderia afetar negativamente as oportunidades de emprego para os jovens.

O PL 3.670/2023 estabelece que empresas com até dez funcionários podem contratar um aposentado e, assim, ter isenção do FGTS e das contribuições previdenciárias. Empresas com 11 a 20 colaboradores poderão contratar até dois aposentados. Para empresas maiores, a isenção será restrita a 5% do total de funcionários.

De acordo com o projeto, a isenção do FGTS será concedida apenas se a empresa demonstrar um aumento no número total de empregados. No momento da rescisão do contrato do aposentado, a empresa não precisará pagar o FGTS correspondente ao mês da demissão e ao mês anterior, além de não precisar quitar a indenização de 40% sobre os depósitos realizados durante o período do contrato.

"A inclusão de trabalhadores aposentados, especialmente aqueles com 60 anos ou mais, no mercado de trabalho é influenciada pelas condições econômicas. Portanto, o incentivo à sua contratação por meio de isenção das contribuições previdenciárias é essencial," explicou a relatora. O líder do governo, senador Jaques Wagner (PT-BA), se posicionou contra o projeto, afirmando que o foco deve ser na inclusão de jovens no mercado de trabalho.

"Atualmente, a taxa de desemprego para pessoas acima de 60 anos é de 3%, enquanto para os jovens até 17 anos é de 30%. Embora compreenda a intenção do projeto, nosso maior desafio está na população jovem até 24 anos, que enfrenta uma taxa

de desemprego de 17% a 30%," argumentou Wagner. Por outro lado, o senador Flavio Azevedo (PL--RN) defendeu que jovens e idosos não competem diretamente pelas mesmas vagas no mercado de trabalho. "Os jovens e os trabalhadores a partir dos 60 anos possuem habilidades distintas e não estão em competição direta. A maioria dos empregados com 60 anos ou mais já está aposentada e ainda em pleno vigor produtivo. Esses trabalhadores são altamente capacitados e aptos a desempenhar suas funções nas empresas," afirmou Azevedo.

Para o economista Helder Cavalcante, as isenções fiscais propostas visam reduzir os custos para as empresas ao contratarem aposentados, permitindo que estas economizem nas contribuições previdenciárias e no FGTS. "A inclusão de uma lista de aposentados disponível pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine) pode facilitar a reintegração desses profissionais no mercado de trabalho, promovendo uma utilização mais eficiente da força de trabalho existente. No entanto, a restrição da isenção a 5% do total de funcionários nas empresas maiores sugere uma abordagem equilibrada para evitar possíveis distorções no mercado de trabalho e para garantir que a política não prejudique a contratação de novos trabalhadores", disse.

Por outro lado, segundo ele, a implementação desta política pode enfrentar desafios relacionados à sua eficácia e impacto real. "Embora a proposta tenha o potencial de aumentar a empregabilidade dos aposentados e proporcionar uma solução prática para a escassez de trabalhadores em algumas áreas, também é crucial considerar o impacto sobre as oportunidades de emprego para jovens e trabalhadores em início de carreira".

**Site:** [https://oestadoce.com.br/digital/08-08-2024-edicao-24888/#google\\_vignette](https://oestadoce.com.br/digital/08-08-2024-edicao-24888/#google_vignette)

# Quais os requisitos para propor uma ação coletiva na defesa dos interesses de servidores públicos? - CONSULTÓRIO JURÍDICO

*Lourenço Grieco Neto e Fernanda Mendonça dos Santos Figueiredo*

Lourenço Grieco Neto - Advogado da Innocenti Advogados

Fernanda Mendonça dos Santos Figueiredo - Advogada da Innocenti Advogados

As ações coletivas podem ser utilizadas para proteger direitos coletivos em sentido estrito ou direitos individuais homogêneos dos **servidores públicos**. Legitimidade para propor: a ação coletiva pode ser proposta por sindicatos ou associações que representem os **servidores públicos**, desde que tenham pelo menos um ano de existência e incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses dos seus membros ou associados.

Interesse coletivo ou difuso: a ação deve ter como objetivo a defesa de interesses coletivos ou individuais homogêneos dos **servidores públicos**.

Admissibilidade da causa de pedir: deve ser demonstrada a existência de um ato lesivo ou uma ameaça de lesão aos interesses dos **servidores públicos**, justificando assim a propositura da ação coletiva. Benefício comum: a ação deve beneficiar um grupo significativo de **servidores públicos** que tenham interesses comuns ou sejam afetados pela mesma situação jurídica. Além disso, é importante considerar que, para a defesa de direitos específicos dos **servidores públicos**, podem existir leis e normas específicas que regulamentam determinadas questões, como estatutos dos **servidores públicos**, regulamentos internos, entre outros dispositivos legais.

**Site:**

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6271/08-08-2024.html?all=1>

# Progressão: Justiça aponta entendimento - SERVIDOR

*Gustavo Silva*

A Justiça Federal de Brasília determinou que a progressão e promoção funcional de **servidores públicos** devem ser calculadas com base na data de efetivo exercício ou ingresso no órgão, em vez de datas pré-fixadas. Esta decisão favoreceu, originalmente, uma auditora do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que buscava o reconhecimento do marco temporal individual para progressão e o pagamento de diferenças atrasadas. O entendimento pode ser replicado em casos similares que possam ser julgados pelo país.

A decisão da 25ª Vara de Brasília contraria práticas estabelecidas que impunham um interstício fixo de 18 meses para progressões funcionais, em lugar do período de 12 meses estipulado pela Lei 5.645/70. A ação, movida contra a União, questionava essa interpretação e demandava a aplicação do prazo legal de 12 meses com base na data efetiva de ingresso do servidor.

Lei Orgânica da PF é rejeitada por sindicatos

Seis dos 27 sindicatos que compõem a base da Federação Nacional dos Policiais Federais já se manifestaram contra a minuta de lei apresentada pela Direção-geral da Polícia Federal. A minuta foi apresentada pelo diretor-geral da PF no último dia 25 de julho, após uma fase de coleta de sugestões - foram mais de 400 contribuições recebidas, compiladas e justificadas pela Fenapef.

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# Regulamentação da reforma tributaria retoma debates no senado e na câmara - COMÉRCIO EM PAUTA

Com a volta das atividades parlamentares, o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024, que regulamenta a **reforma tributária** sobre o consumo, será apreciado no Senado Federal. Conforme anúncio feito pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a intenção é que o PLP 68/24 tramite apenas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), antes de ir para votação em Plenário. Com isso, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) auxiliará na elaboração do texto final, por meio da promoção de audiências públicas, visando subsidiar a apresentação de emendas ao relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM). "Em nome do varejo, dos serviços e do turismo brasileiros, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo continuará trabalhando para que os ajustes que ainda são considerados necessários sejam contemplados nos textos finais", afirma o presidente da CNC, José Roberto Tadros. Entre os pontos a serem debatidos estão: determinação dos itens isentos da cesta básica (manutenção de carne e outras proteínas animais); trava na alíquota do IBS/ CBS em 26,5%; tratamento dos itens de uso e consumo pessoal e as limitações à neutralidade; análise dos regimes específicos do IBS e da CBS relativos a planos de saúde, bens imóveis, bares e restaurantes, cooperativas, transporte regional; majoração da devolução de 50% para 100% da CBS sobre energia elétrica, água, esgoto e gás natural para pessoas de baixa renda; ampliação do benefício de redução de 60% de todos os medicamentos registrados na Anvisa ou produzidos por farmácias de manipulação.

O segundo Projeto de Lei Complementar, PLP 108/24, que também visa regulamentar a **reforma tributária** sobre o consumo e trata, entre outros pontos, sobre a estruturação do IBS, ainda permanece em apreciação na Câmara dos Deputados, com votação prevista para o segundo semestre. Confira as análises e propostas do Sistema Comércio no site [www.reformatributaria.portaldocomercio.org.br](http://www.reformatributaria.portaldocomercio.org.br)

## PROJETOS DO SESC PROPORCIONAM FORMAÇÃO MUSICAL, VALORIZANDO TRADIÇÃO E ARTISTAS

A música é uma das linguagens trabalhadas pelo Sesc

na área da cultura. Além de propiciar a difusão da produção musical brasileira e a valorização de artistas e tradições, a instituição investe em projetos de formação, com oferta de cursos de instrumentos e práticas de conjuntos, unindo educação musical e inclusão social. Promovidos em mais de 10 estados, esses projetos proporcionam o intercâmbio entre os participantes de diversos pontos do País e a oportunidade de participação em eventos. O Festival Internacional Sesc de Música é um exemplo. Realizado em Pelotas (RS) e considerado um dos maiores eventos de música de concerto da América Latina, o festival promove, em paralelo às apresentações de músicos e orquestras renomadas, cursos de especialização voltados a estudantes e musicistas de todo o País.

Os alunos selecionados têm aulas com professores de diversas partes do mundo.

São 21 cursos de instrumentos diversos, além de canto lírico, composição e choro. Além das ações formativas, os estudantes integram a banda e a orquestra acadêmicas que se apresentam em dezenas de espetáculos no município gaúcho. As inscrições para os cursos da 13ª edição do Festival Internacional Sesc de Música, que acontecerá em janeiro de 2025, estão abertas até o dia 12 de agosto e podem ser feitas pelo site [www.sesc-rs.com.br/festival](http://www.sesc-rs.com.br/festival).

## FÓRUM INTERNACIONAL DO SENAC DISCUTE EDUCAÇÃO E CAMINHOS PARA APRENDIZAGEM .

De 26 a 29 de agosto, o Senac São Paulo realiza o 5º Fórum Internacional Senac de Educadores, evento online gratuito que reúne profissionais do Brasil e de outros países para discutir a educação. A transmissão será pelo canal do Senac-SP no YouTube ([youtube.com/senacsapaulo](https://www.youtube.com/senacsapaulo)).

O Fórum Internacional Senac de Educadores propõe a criação de pontes com base na conexão de idéias. Traz aspectos que impactam a educação e aponta novos caminhos para a aprendizagem. A abertura, no dia 26 de agosto, das 10 às 12 horas, será com a palestra magna "Por que uma nação precisa de um bom currículo?", com a professora moçambicana

Graça Machel. Ela ocupou o cargo de ministra da Educação do seu país e é reconhecida internacionalmente como uma das mais importantes vozes na luta pelos direitos humanos.

Todos os demais eventos serão sempre das 15 às 17 horas. No encerramento, o cantor Criolo participa de um bate-papo sobre "Formas de receber e acolher na formação de educadores: uma prática de reconhecimento e compreensão".

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187951?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187951?page=1&section=1)**

# Mercado julgamento da desoneração

**Flávia Maia, Julia Lindner e Caetano Tonet De Brasília**

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), agendou para o período de 16 a 23 de agosto o julgamento que visa confirmar com o colegiado a manutenção da liminar que prorrogou até o dia lide setembro a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores intensivos em mão de obra e municípios com até 156 mil habitantes.

A liminar foi proferida durante o recesso forense do mês de julho pelo presidente em exercício da Corte, Edson Fachin. O prazo de 60 dias concedido por Cristiano Zanin, relator da ação, para que fosse apresentada a forma de compensação da desoneração venceria dia 19 de julho.

Na ocasião, Fachin atendeu a um pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Senado, que solicitaram ao Supremo o alargamento do prazo da manutenção da desoneração para que o Congresso tenha tempo hábil para deliberar sobre o tema.

AGU e Senado afirmaram que há disposição do Legislativo e Executivo na construção de um acordo de compensação, porém, por conta do recesso, eles não haviam ainda conseguido costurar a medida.

De acordo com o documento apresentado ao STF, o Senado tem conduzido as negociações para o avanço da tramitação do Projeto de Lei do Senado 1.847, de 2024, de relatoria do senador Jaques Wagner (PT-BA), que discutem formas de compensação da desoneração. No entanto, ainda havia data marcada para essa votação.

"Igualmente justifica a concessão da presente medida liminar o diálogo institucional em curso e razões de segurança jurídica, pois a retomada abrupta dos efeitos ora suspensos pode gerar relevante impacto sobre diversos setores da economia nacional", escreveu Fachin na ocasião.

O modelo de desoneração da folha de pagamentos de setores da economia foi instituído em 2011, como forma de estimular a geração de empregos, e já foi prorrogado diversas vezes. É um modelo de substituição tributária, em que determinados segmentos contribuem com uma alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre salários. Os 17 setores geram cerca de 9 milhões de empregos.

No ano passado, o Congresso prorrogou a medida até o fim de 2027. Além disso, estabeleceu que cidades com população inferior a 156 mil habitantes poderão ter a contribuição previdenciária reduzida de 20% para 8%.

O texto, no entanto, foi vetado pelo presidente Lula. Mais tarde, o veto presidencial foi derrubado pelo Congresso e, como resposta, o Executivo enviou uma medida provisória (MP) prevendo novamente o fim dos dois tipos de desoneração. A iniciativa mais recente desse processo de negociação é a busca por um acordo entre governo e Congresso em torno da compensação da medida.

Na quarta-feira (7), o senador Jaques Wagner, líder do governo na Casa, afirmou que espera votar a matéria na próxima semana. Ele considera necessário "virar essa página" logo para poder se concentrar na regulamentação da **reforma tributária**, também em tramitação no Senado.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187951?page=1&section=1>**

# Medidas para mitigar riscos de vício em bets representam avanço (Editorial)

São bem-vindas as medidas anunciadas pelo Ministério da Fazenda para mitigar o vício e o endividamento em apostas on-line, duas das preocupações surgidas desde que a modalidade foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no fim do ano passado. A legalização foi, sem dúvida, positiva. De nada adiantaria manter uma proibição hipócrita se as bets estão em todo lugar, até nas camisas dos grandes times de futebol. Existentes há anos, elas não contribuíam para o país, por não arrecadar **impostos**. Embora positiva, a regularização não está livre de desafios. O maior deles é o risco do vício e da ruína financeira.

Varejistas intrigados com vendas estagnadas ou em queda em momento em que o mercado de trabalho está aquecido contrataram uma consultoria para examinar as possíveis causas. Uma das conclusões foi que, nas classes C e D, as quantias gastas em apostas estão sendo desviadas de partes do orçamento antes destinadas ao consumo ou à poupança. Em 2023, as bets movimentaram entre R\$ 60 bilhões e R\$ 100 bilhões. Neste ano, a estimativa é que o valor chegue a R\$ 130 bilhões. O descompasso entre o aumento da renda familiar e a queda ou estagnação de vendas em segmentos como moda, móveis e artigos de uso pessoal e doméstico não é ruim apenas para as empresas. Pode ser indício de dependência.

As portarias do Ministério da Fazenda publicadas na semana passada tentam atacar o problema. As casas de apostas deverão fiscalizar o comportamento dos usuários, podendo suspender o uso da plataforma se necessário. Para isso, terão de dispor de ferramentas analíticas e de metodologias para avaliar o perfil dos apostadores e os riscos de transtornos. Já no momento do cadastro, precisarão informar sobre os riscos, não só de dependência, como também de perda de valores.

As novas regras disciplinam a propaganda e as estratégias para atrair clientes. Ponto relevante é o veto à publicidade que apresente a aposta como "socialmente atraente" ou que contenha afirmações de celebridades ou influenciadores sugerindo que o jogo "contribui para o êxito pessoal, social ou para melhoria das condições financeiras". As empresas terão de usar linguagem clara, respeitando a proteção de menores

de 18 anos e grupos de vulneráveis. Pelas normas, as bets serão legalmente responsáveis pela publicidade de seus afiliados e submetidas à fiscalização da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), ligada ao Ministério da Fazenda.

É fundamental o Estado assegurar o jogo sem excessos, disciplinando a publicidade, protegendo crianças, adolescentes e monitorando danos como dependência e endividamento. Além disso, órgãos de controle e fiscalização precisarão ficar atentos para coibir crimes como lavagem de dinheiro, fraudes e sonegação fiscal num setor por onde circulam grandes cifras.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Novo capítulo para desonerar os salários - GPS DA ECONOMIA

*Rafael Vigna (Interino) com João Pedro Cecchini*

A desoneração da folha de pagamentos para 17 setores considerados intensivos em contratações é uma das polêmicas tributárias que se arrastam por anos, década nesse caso, sem solução. A medida que esteve em discussão no Senado ao longo de todo o dia de ontem foi criada em 2011, no primeiro ano do governo Dilma Rousseff, para entrar em vigor no exercício seguinte.

Coincide com a trajetória que levou o país a registrar a menor taxa de desemprego da série histórica: 6,3%, em dezembro de 2013, exatos 24 meses após a sua implantação quando o índice medido pelo IBGE exibia viés de alta e havia batido em 8%.

O modelo, que necessitava ser revalidado para o ano seguinte, permitiu às empresas contempladas (eram mais de 50 setores, hoje são 17) optar entre contribuição patronal (CSLL) de 20% sobre os salários ou por recolher 1%, ou 2% (atualmente, oscila entre 1% e 4,5%) sobre o faturamento.

Para as empresas, a tese faz todo o sentido. Significa reduzir o pagamento de **tributos** quando há queda de receitas. Para o governo, nem tanto. Naquela época, R\$ 22 bilhões deixavam de pingar nos cofres, sem que se tivesse cálculo de efetividade entre as vagas criadas e as renúncias fiscais. Dilma, a criadora, mataria a criatura, em 2016, quando recebeu a conta fiscal da reeleição e da realização da Copa e da Olimpíada. Caiu antes de colocar em prática a intenção.

Michel **Temer**, orientado por um dos seus escudeiros, Marcos Cintra, então no Inep, não mexeu no vespeiro. O mandato-tampão se encerrou, mas Cintra não saiu de cena. Foi alçado à equipe econômica de Paulo Guedes e Jair Bolsonaro. Manter a desoneração virou promessa de campanha. Na prática, Bolsonaro empurrou a pauta com a barriga o quanto pôde. Em 2021, a renovação só foi aprovada na última sessão do Congresso antes do recesso, o que se repetiu em 2022.

Lula tomou posse e deixou a critério do Congresso a regulação permanente. Mas a proposta aprovada nas duas Casas não passou pela caneta presidencial, que vetou na íntegra o texto e deu início ao novo capítulo

que se desenrola no Congresso. Um aspecto que pode parecer óbvio: no geral, é pouco comum que países desenvolvidos tributem o trabalho. Afinal, é esse o ponto de partida para gerar renda e, por consequência, **PIB**. \_

## NOVOS NÚMEROS

Levantamento da Instituição Fiscal Independente (IFI) movimentou os debates sobre desoneração. Em um dos cenários, sem o aumento da CSLL, que é o que tentam evitar os empresários, em nenhum ano, entre 2024 e 2027, seria atingido 40% do valor da renúncia fiscal. Por outro lado, com elevação de 1% na cobrança do tributo, a compensação seria mais do que suficiente e atingiria o equivalente a 151% da desoneração.

Aporte de R\$ 340 milhões no "hospital do futuro"

Responsável pelo Hospital Banco de Olhos, o Grupo São Pietro construirá um hospital na região central de Canoas, com aporte de R\$ 340 milhões. O endereço ainda não foi revelado. A previsão é de abrir cerca de 1,2 mil empregos.

O empreendimento prevê atender diversas especialidades médicas. Segundo o sócio-fundador Luciano Zuffo, soluciona carências de Canoas e já tem sido chamado de "hospital do futuro".

- Vai ter o que há de mais inovador em arquitetura, equipamentos e gestão em saúde - afirma, mas sem detalhar a estrutura. \_

Projeto supera covid e enchente

Tradicional rede varejista do Estado, a Lojas Lebes teve de superar uma pandemia e a enchente de maio para concluir um projeto antigo. O primeiro pavilhão do maior centro logístico gaúcho começou a funcionar em Guaíba há cerca de um mês. O Ecossistema Logístico do Grupo Lebes prevê aporte de R\$ 500 milhões e 3 mil vagas de emprego quando estiver 100% concluído.

\_

Um novo pavilhão a cada nove meses

Convidado do Tá na Mesa, da Federasul, ontem, o presidente da Lebes, Otélmo Drebes, refez os

caminhos que possibilitaram superar os desafios.

Segundo o executivo, antes de dar continuidade ao ritmo que prevê um novo pavilhão a cada nove meses, ainda precisa enfrentar outro percalço. Nos últimos 60 dias, apenas 21% das vendas a crédito da rede foram quitadas. \_

Comitê estratégico vai pensar ações empresariais em SC e RS

Entidade que reúne executivos de empresas, o Lide vai criar um comitê estratégico com atuação no RS e em SC. A Verticalí Lide Economia SC e RS será apresentada hoje em Florianópolis.

- Propõe acompanhar o ambiente macroeconômico e político, com seus reflexos nos diversos setores da economia, gerando insumos que permitam ao empreendedor e ao alto escalão executivo ponderar decisões de investimento, calibrar projetos de expansão e balancear" estrutura de capital -afirma Fernando Marchet, novo presidente do comitê.

Ele também é vice-presidente e coordenador da divisão de economia da Federasul e fundador e CEO da Bateleur, consultoria estratégico-financeira. \_

**Site:** <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240808&edicao=30300>

# Caixa distribuirá lucro do FGTS ainda neste mês

Os trabalhadores com carteira assinada terão um acréscimo em suas contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**), gerido pela Caixa Econômica Federal. O banco distribuirá parte do lucro recorde de R\$ 23,4 bilhões obtido pelo Fundo em 2023 entre as contas dos trabalhadores. As informações são do jornal O Globo.

O valor oficial será definido hoje e deve ficar em R\$ 15,25 bilhões, equivalente a 65% do lucro. Se aprovado, deve somar 2,64% às contas de cada um. O depósito deve ocorrer ainda neste mês. Todos os trabalhadores que tinham saldo no **FGTS** em 31 de dezembro de 2023 receberão uma parte do lucro. O valor será proporcional ao saldo existente naquela data. Por exemplo, quem tinha R\$ 10 mil em 31 de dezembro de 2023 receberá mais R\$ 264 agora.

O dinheiro não poderá ser sacado. O valor será creditado diretamente na sua conta do fundo. Os recursos vão aumentar o saldo disponível e da próxima vez que o trabalhador fizer um saque - para compra da casa própria, caso de demissão sem justa causa ou **saque-aniversário** - ele terá montante maior à disposição. \_

Como consultar o saldo?

1 Baixe o aplicativo **FGTS**, disponível para iOS ou Android.

2 Se for seu primeiro acesso, selecione a opção "Cadastre-se".

3 Preencha os campos com seu CPF e os demais dados solicitados, como nome completo, data de nascimento e e-mail. Cadastre uma senha de acesso, que deve conter apenas números. Para finalizar, clique no botão "não sou um robô". Em seguida, você receberá um e-mail para confirmar o cadastro.

4 Após concluir o cadastro, abra o aplicativo, informe o CPF e a senha cadastrada. Após o login, você verá algumas perguntas adicionais. Basta respondê-las. Por fim, leia e aceite as condições de uso do aplicativo, clicando em "concordar". Agora, você já pode acessar o saldo.

5 Para verificar o valor do seu saldo em 31 de dezembro de 2023, data de referência para o repasse

do lucro que será feito este mês, clique em "confira suas contas". Em seguida, selecione "ver extrato" e verifique o saldo referente a dezembro de 2023.

**Site:** <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240808&edicao=30300>

# Caixa distribuirá neste mês R\$ 15,2 bi de lucro do FGTS

São Paulo - Os trabalhadores com contas no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) receberão R\$ 15,21 bilhões de lucro referente aos resultados de 2023. O montante será pago pela Caixa Econômica Federal até o fim deste mês. O valor pago corresponde a 65% do resultado do ano passado, que foi recorde, chegou a R\$ 23,4 bilhões. O percentual foi confirmado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, mas ainda passará por análise em reunião extraordinária do Conselho Curador do FGTS prevista para esta quinta-feira. Ao todo, 218,6 milhões de contas com saldo em 31 de dezembro de 2023 vão receber o lucro, beneficiando 130,8 milhões de trabalhadores. O depósito poderá ser feito antes pelo banco estatal. No ano passado, foram distribuídos R\$ 12,719 bilhões.

O índice de distribuição, a ser confirmado na reunião, deverá ser de 0,026448 sobre o saldo que o trabalhador tinha nas contas em 31 de dezembro de 2023. A cada R\$ 100, devem ser creditados R\$ 2,64. Quem tem R\$ 1.000 recebe R\$ 26,45 e quem tem R\$ 10 mil terá R\$ 264,48. Os cálculos foram feitos com arredondamento (0,02645). A distribuição dos resultados do Fundo de Garantia ocorre desde 2017, mas, neste ano, vem seguida de maior expectativa após o julgamento da revisão do FGTS pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

Em junho, o Supremo determinou que a remuneração das contas dos trabalhadores no fundo deve ser de, no mínimo, a **inflação** medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Por sete votos a quatro, os ministros aceitaram proposta do governo e decidiram manter a correção atual de 3% ao ano mais TR (Taxa Referencial), incluindo o pagamento do lucro? garantindo ao menos a **inflação** oficial do país.

Em 2023, assim como em anos anteriores, os trabalhadores devem receber rentabilidade maior com o fundo, acima de 3%. A distribuição dos lucros é feita pela Caixa, que administra o fundo. Os valores são creditados e, no extrato do FGTS, aparece a informação.

O trabalhador só poderá usar esse dinheiro caso se enquadre em uma das situações de retirada previstas na Lei 8.036/90 para o saque do FGTS, como demissão sem justa causa, aposentadoria, compra da casa própria e doença grave, por exemplo. Veja as 16

situações de saque do FGTS permitidas por lei. O valor pode ser consultado no aplicativo FGTS, por meio do extrato do fundo. É possível, ainda, conseguir uma cópia do extrato nas agências da Caixa. Para cada empresa em que o trabalhador foi contratado, há uma conta vinculada aberta, é preciso observar o valor em cada conta e somar o quanto tem, ao todo.

**Site:** <https://digital.em.com.br>

# FGTS vai distribuir R\$ 15,2 bilhões de lucro

São Paulo - Os trabalhadores com contas no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) irão receber R\$ 15,21 bilhões de lucro referente aos resultados do ano de 2023. O montante será pago pela Caixa Econômica Federal até o final deste mês.

O valor pago corresponde a 65% do resultado do Fundo de Garantia em 2023, que foi recorde e ficou em R\$ 23,4 bilhões. O percentual foi confirmado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mas ainda passará por análise em reunião extraordinária do Conselho Curador do FGTS prevista para hoje.

Ao todo, 218,6 milhões de contas com saldo em 31 de dezembro de 2023 vão receber o lucro, beneficiando 130,8 milhões de trabalhadores. O depósito poderá ser feito antes pelo banco estatal. No ano passado, foram distribuídos R\$ 12,719 bilhões.

O índice de distribuição, a ser confirmado na reunião, deverá ser de 0,026448 sobre o saldo que o trabalhador tinha nas contas em 31 de dezembro de 2023. A cada R\$ 100, devem ser creditados R\$ 2,64. Quem tem R\$ 1.000 recebe R\$ 26,45 e quem tem R\$ 10 mil terá R\$ 264,48. Os cálculos foram feitos com arredondamento (0,02645).

A distribuição dos resultados do Fundo de Garantia ocorre desde 2017, mas, neste ano, vem seguida de maior expectativa após o julgamento da revisão do FGTS pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Em junho, o Supremo determinou que a remuneração das contas dos trabalhadores no fundo deve ser de, no mínimo, a **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Por sete votos a quatro, os ministros aceitaram proposta do governo e decidiram manter a correção atual, de 3% ao ano mais TR (Taxa Referencial), incluindo o pagamento do lucro, garantindo ao menos a **inflação** oficial do País.

Rentabilidade - Em 2023, assim como em anos anteriores, os trabalhadores devem receber rentabilidade maior com o fundo, acima de 3%.

Têm direito ao lucro do FGTS os trabalhadores que, em 31 de dezembro de 2023, tinham saldo em contas em seu nome no Fundo de Garantia. Ao todo, segundo a Caixa, em 31 de dezembro de 2023, o fundo contava com 218,6 milhões de contas com saldo, referentes a 130,8 milhões de trabalhadores.

O saldo total era de R\$ 564,2 bilhões. O número de trabalhadores é menor do que o de contas porque um profissional pode ter mais de uma conta, já que a cada emprego com carteira assinada o empregador deve abrir uma nova em nome do trabalhador.

A distribuição é feita pela Caixa, que administra o fundo. O trabalhador só poderá usar esse dinheiro caso se enquadre em uma das situações de retirada previstas na Lei 8.036/90 para o saque do FGTS, como demissão sem justa causa, aposentadoria, compra da casa própria e doença grave, por exemplo. Veja as 16 situações de saque do FGTS permitidas por lei.

O valor pode ser consultado no aplicativo FGTS, por meio do extrato do fundo. É possível, ainda, conseguir uma cópia do extrato nas agências da Caixa. Para cada empresa em que o trabalhador foi contratado, há uma conta vinculada aberta, é preciso observar o valor em cada conta e somar o quanto tem, ao todo. (Cristiane Gercina/Folhapress)

**Site:** <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

# Verba extra de 2025 será consumida por despesa obrigatória, diz estudo

**Jéssica Sant"Ana De Brasília**

As despesas obrigatórias devem crescer R\$ 135 bilhões em 2025, consumindo quase todo o espaço fiscal extra de R\$ 138,3 bilhões que Executivo terá no próximo ano, na comparação com o Orçamento deste ano, de acordo com as regras de reajuste do limite de despesas do novo arcabouço fiscal. Ou seja, se as projeções se confinarem, praticamente não haveria espaço para expansão das despesas discricionárias, que incluem investimento e custeio da máquina pública.

A conclusão é de estudo técnico da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof) da Câmara dos Deputados, publicado pelos consultores Paulo Bijos e Dayson Pereira de Almeida. Bijos foi secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento até o início do mês passado, quando retornou para a atividade de consultoria legislativa.

O limite de despesas do Executivo para o próximo ano vai crescer de R\$ 2,023 trilhões observados neste ano para R\$ 2,162 trilhões (valor arredondado), devido à **inflação** de 4,23% acumulada em 12 meses até junho deste ano mais o ganho real de 2,5%, permitido pelo arcabouço, devido à variação da receita líquida ajustada. Com isso, será aberto um espaço fiscal de R\$ 138,3 bilhões para acomodar o crescimento das despesas. O número já havia sido divulgado pelo Tesouro Nacional na semana passada.

A novidade que os consultores trazem é que quase a totalidade desse valor será consumido pelo aumento das despesas obrigatórias, que devem subir R\$ 135 bilhões, de acordo com cálculos preliminares deles. Se confirmada a projeção, sobraria, em tese, apenas R\$ 3 bilhões para aumento de gastos não obrigatórios. Mas Dayson Pereira de Almeida explica que o número absoluto de R\$ 3 bilhões não é relevante, porque, no universo do total de despesas primárias, pode ser visto como mero arredondamento.

"A principal mensagem da estimativa é a falta de espaço para expansão das discricionárias, no próximo exercício. A rigor, como o cálculo é preliminar, a depender da dinâmica dos agregados e dos parâmetros macroeconômicos nos próximos meses, é possível que as obrigatórias consumam todo o

aumento do limite", afirmou o consultor ao Valor.

Ainda de acordo com dados da Conof, a alta das obrigatórias seria puxada por um crescimento de R\$ 60 bilhões dos benefícios previdenciários, de R\$ 32 bilhões das despesas com pessoal e encargos sociais, de R\$ 16 bilhões dos gastos com controle de fluxo e R\$ 27 bilhões viriam de outras rubricas, como abono salarial, Fundeb, precatórios e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O cálculo não foi desagregado sob a ótica da política de valorização do salário mínimo, apontada pelos economistas ouvidos pelo Valor como a principal explicação para a expansão das despesas obrigatórias, já que grande parte dos benefícios previdenciários, o BPC, o abono e o seguro-desemprego têm reajuste vinculado ao do piso salarial, que varia conforme a **inflação** mais o crescimento da economia. Outro fator apontado é o retorno da vinculação do reajuste dos pisos da saúde e educação à variação da receita.

"A explicação é conhecida. BPC, saúde, educação, Previdência, abono salarial, todos esses gastos crescem acima da **inflação**. Assim não tem regra que sobreviva em prazo maior. É uma ferida aberta, conhecida e que o [ministro da Fazenda, Fernando] Haddad começou a colocar o dedo, corretamente", avalia Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, ao se referir à agenda de revisão de gastos, que começou a ser implementada pelo governo com o pente-fino no BPC e no auxílio-doença.

Ele completa que o governo precisará avançar com essa agenda para a manutenção das regras do arcabouço fiscal. "O novo arcabouço fiscal ou qualquer outra regra fiscal sempre dependerá, para ter vida longa, exatamente disso."

Alexandre Manoel, economista-chefe da AZ Quest, também avalia que era sabido que o governo se depararia com essa restrição fiscal para as despesas discricionárias. "Daí apontarmos reiteradamente a necessidade urgente de o governo encaminhar alguma reforma para ajustar as despesas obrigatórias", afirma. "O governo Michel **Temer** ajustou as regras de saúde, educação e salário mínimo [para reajuste apenas pela **inflação**]. O atual governo jogou todo aquele esforço feito no lixo, restaurando as regras que vigiam no

governo Dilma", completa Manoel.

Para ele, fica "clarividente" que as atuais regras de vinculação precisarão ser modificadas ou o governo Lula terá de ajustar o atual limite de despesa, o que teria um custo.

"A exemplo do que vimos recentemente, se alterar [o arcabouço], teremos um novo overshooting cambial, com o câmbio indo a R\$ 7, com mais pressão sobre as expectativas de **inflação** e sobre a curva de juros, o que provavelmente inviabilizará o Lula ou seu afilhado político em 2026", analisa Manoel.

O economista acredita que, depois das eleições municipais, no último bimestre deste ano, o governo Lula deverá encaminhar alguma reforma estrutural nas despesas obrigatórias para manter o atual limite de despesa até 2026.

Na terça-feira (6), o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou durante evento promovido pela Confederação Nacional da Indústria que a equipe econômica combinou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva o compromisso de manutenção do arcabouço fiscal até 2026, "custe o que custar". Ele também disse que a equipe econômica segue "estudando medidas para equilibrar gastos públicos e manter previsibilidade da despesa dentro do arcabouço", sem citar quais.

Conforme revelou o Valor, o governo estuda alterar regras de concessão do seguro-desemprego e do BPC, além da economia de R\$ 25,9 bilhões esperada em 2025 com o pente-fino em diversos programas sociais. As medidas seriam adotadas para tentar abrir espaço no Orçamento para os gastos discricionários. A peça orçamentária de 2025 será enviada ao Congresso Nacional até o fim do mês.

"Principal mensagem da estimativa é a falta de espaço para expansão das discricionárias" Dayson de Almeida

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187951?page=1&section=1>**

## PIB crescerá 1,4% em 2024

Produto Interno Bruto (**PIB**) de Mato Grosso crescerá 1,4% em 2024. Resultado impulsionado pelo desempenho positivo da indústria (4%) e dos serviços (3,5%). A geração de riquezas pela agropecuária deve diminuir 4% este ano, segundo projeções do Santander. Em 2025, a expectativa é de alta de 2,5% no **PIB** estadual, com retomada do agronegócio e uma tendência de agregar cada vez mais valor aos produtos primários por meio da industrialização e da prestação de serviços.

Vice-presidente de Corporate do Santander Brasil, Gilberto Abreu, lembra que o setor agropecuário cresceu acima de dois dígitos nos últimos dois anos, com taxas de 10,5% e 27% em 2022 e 2023, respectivamente. Na esteira da desaceleração nos preços das commodities agrícolas, o crescimento da economia mato-grossense perdeu força e os efeitos são sentidos em 2024.

"Nossa previsão, porém, é de maior crescimento já em 2025. Vejo isso como um caminho sem volta e temos empresários de alto nível na região que vão fazer isso acontecer", afirma.

Durante visita recente a Cuiabá, Abreu reparou na presença relevante de grupos empresariais na Capital matogrossense. "Meu foco, na vice-presidência de Corporate, são empresas com médio a alto faturamento, a partir de R\$ 200 milhões por ano, mas o nosso interesse como banco é bem mais extenso do que isso. O Santander tem uma atuação ampla nos mais diversos segmentos de clientes, atendendo desde pessoas físicas de menor poder aquisitivo até grandes empresas internacionais. Tivemos uma agenda intensa na região para conhecer ainda mais de perto nossos clientes e, claro, para prospectar outras empresas que buscam nosso apoio", explica.

O segmento agro tem sido um dos principais focos de atenção do Santander, por ser onde Mato Grosso e o Brasil tem vantagens comparativas no contexto global. "Temos terra e água de boa qualidade e empresários cada vez mais sofisticados.

Temos gigantes globais no segmento e acredito que podemos ter muito mais. Mato Grosso tem um papel de protagonismo neste desenvolvimento que vemos no segmento", destaca o vice-presidente do Santander.

Segundo Abreu, o desenvolvimento econômico de Mato Grosso é importante para o Brasil, especialmente

no horizonte de longo prazo. "Podemos ver a transformação nas cidades, na população, na atividade empresarial cada vez mais diversificada e no surgimento de indústria e serviços".

Para ele, o aquecimento da economia tem sido percebido pelos empresários, que aos poucos estão retomando investimentos. Consequentemente, o mercado de trabalho reage, com ampliação na abertura de vagas de emprego formal, melhorando a geração de renda e reforçando um ciclo positivo. "Há um outro fenômeno em paralelo: o mercado de trabalho também está se transformando. Os funcionários vão operar máquinas cada vez mais produtivas e sofisticadas.

Investir em educação e qualificação é um caminho sem volta, mesmo no agro", arremata.

# Governo prevê cortar 11 a cada 100 benefícios

## PENTE-FINO DO INSS

O governo prevê o corte de 670,4 mil benefícios do Benefício de Prestação Continuada (BPC) em 2025, o que renderia uma economia de R\$ 6,6 bilhões em despesas, segundo documento obtido pela Folha de São Paulo, após pedido com base na Lei de Acesso à Informação.

A projeção considera uma taxa de cessação de 11,25%, ou seja, a cada grupo de 100 beneficiários da política, 11 deles terão os repasses encerrados, segundo projeção do Executivo. As informações são da repórter Idiana Tomazelli.

No Estado vão ser cerca de 24 mil, segundo a advogada especialista em Direito Previdenciário Catarine Mulinari.

O pente-fino no BPC é uma das principais apostas da equipe econômica para alcançar o corte de R\$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias prometido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e avalizado pelo presidente Lula para fechar as contas de 2025.

Os beneficiários do BPC que não estiverem inscritos no Cadastro Único de programas sociais ou que estiverem com seu registro desatualizado há mais de 48 meses terão de regularizar a situação. O fim de brechas legais exploradas por quem pede o benefício é um dos pilares da revisão da política.

Os parâmetros usados na nota técnica do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social evidenciam, porém, que o governo já espera endurecer ainda mais esses critérios.

Um dos fatores considerados

pelo governo na conta é o pente-fino de quem está com o cadastro desatualizado há mais de 24 meses. Segundo o órgão, 1,7 milhão de beneficiários estão nessa situação, dos quais 306,8 mil teriam o benefício encerrado (18% de cessação esperada).

Uma planilha mostra ainda que há 431,3 mil beneficiários fora do CadÚnico, dos quais 107,8 mil deixariam de receber o BPC (25% de cancelamentos). Há ainda a revisão dos critérios de renda, que deve alcançar 175 mil beneficiários, com o fim dos repasses

para 43,75 mil deles (25%).

O governo prevê uma implementação gradual das revisões do BPC. Espera-se um cancelamento médio mensal de 55,9 mil benefícios, de janeiro a dezembro. A economia de R\$ 6,6 bilhões seria o efeito acumulado das ações.

FILA para realizar procedimento no INSS: revisão nos benefícios a pessoas com deficiência e idosos de baixa renda

Economia de R\$ 5 bi com revisão para pescadores

O governo prevê uma economia de R\$ 4,96 bilhões com a revisão do seguro defeso, pago a pescadores artesanais, nos próximos três anos. O pente-fino faz parte da estratégia da equipe econômica para cortar despesas com benefícios e ajudar no cumprimento das regras fiscais. Apenas no ano que vem, a economia chegaria a R\$ 1,1 bilhão.

Segundo nota do Ministério do Trabalho (MT), a qual o jornal O Globo teve acesso, entre 2001 e 2023, a despesa com seguro defeso atingiu R\$ 57,6 bilhões, considerando a inflação. O universo de beneficiários saltou de 76.127 para 1,157 milhão nos últimos 22 anos.

O auxílio é pago pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que é deficitário e precisa de aportes do Tesouro Nacional. Concedido pelo INSS, o pagamento do seguro é autorizado pelo MT.

A nota deixa claro que o seguro deve ser pago ao pescador artesanal, profissional da pesca exerce atividade por conta própria ou em regime de economia familiar, de forma ininterrupta, em mercados não regulados, com produção de pequena escala. O pagamento do auxílio é uma forma de prover renda aos pescadores, que ficam proibidos de exercer a atividade durante o período de defeso.

ENTENDA

Corte de beneficiários

670.4 MIL BENEFÍCIOS do BPC devem ser cortados em 2025. o que renderia uma economia de R\$ 6.6 bilhões em despesas.

AINDA ASSIM, a despesa com o benefício tende a ficar em R\$ 112.8 bilhões no ano que vem, chegando a R\$ 140.8 bilhões em 2028, puxada pela valorização do salário mínimo e pelo aumento no número de beneficiários ao longo dos anos, apesar do esforço de revisão.

SEM O PENTE-FINO, o quadro seria ainda mais dramático: as despesas com a política chegariam a R\$ 119.4 bilhões em 2025 e alcançariam R\$ 155.1 bilhões em 2028.

OS CÁLCULOS foram elaborados pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e vão subsidiar a elaboração da proposta de Orçamento de 2025.

O COMPONENTE mais significativo da redução de despesas é quem está com o cadastro desatualizado há mais de 24 meses, com impacto de R\$ 3 bilhões em 2025.

HÁ AINDA a revisão dos critérios de renda, que deve alcançar 175 mil beneficiários, com o fim dos repasses para 43.75 mil deles (25%). Juntas, essas medidas poupariam R\$ 1,5 bilhão no ano que vem.

POR FIM, o ministério incluiu também uma revisão bial de benefícios do BPC, prevista em lei mas nunca executada dentro do prazo. O ministério prevê reavaliar 2 milhões de benefícios, dos quais 212 mil seriam cancelados em definitivo, rendendo uma economia de R\$ 2.1 bilhões.

CONSIDERANDO por modalidade, o governo prevê o cancelamento de 371.8 mil benefícios pagos a pessoas com deficiência e 298.6 mil concedidos a pessoas idosas de baixa renda.

MEU **INSS**: comunicação

Novo jornalista vai falar sobre direitos

O advogado especialista em Direito Empresarial, que engloba o Direito Civil e de Consumidor, Sérgio Araújo Nielsen estreia amanhã a coluna "Falando de Direito", no jornal A Tribuna. A coluna será semanal, publicada sempre às sextas-feiras nas edições impressa e digital.

O objetivo da nova coluna é ajudar o consumidor e o aposentado sobre os direitos do dia a dia.

Nielsen contou que a expectativa pela estreia é grande, já que é a primeira vez que assina uma publicação como essa.

"Nossas expectativas são as melhores, e nosso objetivo é alcançar o máximo de leitores com informações úteis em se tratando de direitos e deveres vivenciados no cotidiano", contou.

Segundo o advogado, será uma satisfação em fazer parte da equipe de jornalistas e poder proporcionar aos leitores conhecimentos jurídicos em situações corriqueiras.

"É com grande prazer que anunciamos uma novidade especial! Todas as sextas-feiras, tanto na versão física quanto on-line, você poderá acompanhar nossos conteúdos e ficar por dentro de seus direitos e deveres. Não perca essa oportunidade de se informar e proteger seus interesses", comenta Nielsen.

Ele contou que já costumava compartilhar algumas dicas sobre os direitos do consumidor nas suas redes sociais, e que agora levará diferentes conteúdos a um público muito maior. "A partir de agora, nossas informações e dicas sobre seus direitos no cotidiano estarão presentes na coluna "Falando de Direito" semanalmente", destaca.

"Nosso objetivo é chegar aos leitores com informações úteis sobre direitos e deveres vivenciados no cotidiano"

Sérgio Nielsen, jornalista de A Tribuna

ADVOGADO SÉRGIO ARAÚJO NIELSEN terá coluna publicada nas sextas

# Poupança: saída líquida de R\$ 908,6 mi em julho

A caderneta de poupança registrou saída líquida de R\$ 908,622 milhões em julho deste ano. De acordo com os dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC), os brasileiros depositaram R\$ 370,314 bilhões e sacaram R\$ 371,223 bilhões da poupança no mês passado. O rendimento no período foi de R\$ 5,405 bilhões e o saldo da caderneta ficou em R\$ 1,016 trilhão. A captação líquida - diferença entre entradas e saídas - foi positiva em R\$ 12,756 bilhões. Em julho do ano passado, a modalidade teve captação líquida negativa em R\$ 3,581 bilhões.

O Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) registrou saída líquida de R\$ 2,859 bilhões, já a poupança rural teve entrada de R\$ 1,950 bilhão. No acumulado do ano, a poupança acumula uma saída líquida de R\$ 3,701 bilhões.

Atualmente, o rendimento da caderneta é de 0,5% ao mês + TR (Taxa Referencial). O percentual vale sempre que a taxa básica de juros figurar acima de 8,5% ao ano. No momento, a Selic está em 10,5% ao ano. A aplicação vem perdendo recursos em série desde 2021, afetada por **inflação** elevada, endividamento das famílias e juros altos.

Em 2022, o saldo foi negativo em R\$ 103,237 bilhões, o pior ano na história da poupança no Brasil. Em 2023 como um todo, a modalidade teve resgate de R\$ 87,819 bilhões. (Correio Braziliense)

**Site:**

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/08/poupanca-saida-liquida-de-r-908-6-mi-em-julho.html>

# Saldo negativo: saques da poupança superam depósitos em R\$ 908,6 mi

Em julho, a caderneta de poupança registrou um saldo negativo, com mais saques do que depósitos. As retiradas superaram os depósitos em R\$ 908,6 milhões, conforme relatório divulgado pelo Banco Central (BC) nesta quarta-feira (07/08). No mês de junho, os depósitos somaram R\$ 370,3 bilhões, enquanto os saques totalizaram R\$ 371,2 bilhões. Os rendimentos creditados nas contas de poupança foram de R\$ 5,4 bilhões, resultando em um saldo total de pouco mais de R\$ 1 trilhão.

O desempenho negativo de julho contrasta com o resultado positivo de junho, quando houve uma entrada líquida de R\$ 12,8 bilhões. No entanto, em comparação com julho do ano anterior, houve uma melhora significativa, pois em julho ao longo do ano, a poupança acumula um resgate líquido de R\$ 3,7 bilhões.

Em 2023, devido ao alto endividamento das famílias, a caderneta de poupança registrou uma saída líquida de R\$ 87,8 bilhões. Embora elevado, esse número foi menor do que em 2022, quando a fuga líquida foi recorde, totalizando R\$ 103,2 bilhões em meio a um cenário de alta **inflação** e endividamento.

## Juros

Os saques da poupança aumentaram devido à manutenção da Selic - a taxa básica de juros - em níveis elevados, o que torna outros investimentos mais atrativos. Entre março de 2021 e agosto de 2022, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC aumentou a Selic 12 vezes consecutivas para conter a alta nos preços de alimentos, energia e combustíveis.

De agosto de 2022 a agosto de 2023, a Selic foi mantida em 13,75% ao ano. Com o controle da **inflação**, o BC iniciou uma série de reduções na Selic, totalizando sete cortes entre agosto de 2023 e maio de 2024. Nas duas últimas reuniões, o Copom decidiu manter a Selic em 10,5% ao ano e já considera a possibilidade de aumentar a taxa novamente.

Em 2021, a retirada líquida da poupança foi de R\$ 35,49 bilhões. Em contraste, em 2020, a poupança registrou uma captação líquida recorde de R\$ 166,31 bilhões, impulsionada pela instabilidade no mercado de títulos públicos no início da pandemia de covid-19 e pelo pagamento do auxílio emergencial, depositado

em contas poupança digitais da Caixa Econômica Federal.

**Site:** [https://oestadoce.com.br/digital/08-08-2024-edicao-24888/#google\\_vignette](https://oestadoce.com.br/digital/08-08-2024-edicao-24888/#google_vignette)